



**DISCURSO DO ALMIRANTE
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA
A BORDO DO NRP *MONDEGO***

Funchal, bordo do NRP *Mondego*, 16 de março de 2023

Senhor Comandante do NRP Mondego

Senhores Oficiais, Sargentos e Praças

Guarnição do NRP Mondego

Camaradas,

Cada um de nós faz parte de uma Marinha com 706 anos de História.

Sei, porque sou um de vós, que operar no ambiente inóspito, que é o mar, e estar confinado em espaços exíguos, é desafiante, é uma batalha diária, que só se vence com uma verdadeira vocação.

Ser militar na Marinha não é uma tarefa fácil. Somos testados todos os dias, quando embarcados em missão, na nossa capacidade de entrega, na disponibilidade para sacrifícios e incómodos, na resiliência ao cansaço físico e psíquico, na capacidade para enfrentar os nossos receios superando-os, e acima de tudo, na ausência frequente das nossas famílias.

Sei que este navio e esta guarnição têm executado inúmeras missões e, por isso, estão naturalmente submetidos às provações e desafios que acabei de descrever.

No entanto, lembro-vos que **um militar de uma guarnição de um navio de guerra distingue-se de um tripulante de um navio mercante não pelas suas qualidades enquanto marinheiro, pois essas são importantes e fundamentais para ambos, mas precisamente pelas suas qualidades militares.**

Estas qualidades emanam de valores intemporais e imutáveis no seu núcleo mais profundo, núcleo esse que nunca poderá ser colocado em

causa sob perigo de desmoronamento do próprio edifício militar. Um desses valores é, sem qualquer dúvida, a Disciplina.

No dia 11 de março, no último Sábado, neste cais, formaram militares do NRP Mondego recusando-se a embarcar e a cumprir as ordens legítimas do seu comando e dessa forma impediram que o navio pudesse realizar a missão determinada pela Marinha.

Este ato, que me entristece profundamente enquanto Comandante da Marinha, depois de realizado, não tem retorno, é como se ganhasse uma vida própria, uma substância que já não é possível ignorar.

Ordenei, assim, a abertura dos respetivos processos disciplinares e fizemos a participação da ocorrência à Polícia Judiciária Militar, por poderem estar em causa, para além das infrações disciplinares, questões de foro criminal.

A Marinha teve conhecimento dele, o país teve conhecimento dele, os nossos aliados, mais tarde ou mais cedo, também terão certamente notícia dele. É assim, pela sua dimensão e significado, algo que jamais poderá ser ignorado e esquecido. Ainda hoje nos lembramos da revolta da Bounty, na Royal Navy, em 1789.

Foi este ato realizado porque estavam em causa ordens ilegítimas? contrárias às nossas leis? contra os nossos juramentos? contra a nossa democracia? contra a decência humana? contra a nossa população? O que estava realmente em causa justificava um ato tão extremo e definitivo?

Fui informado que a causa residia no receio que o NRP Mondego não conseguisse realizar a missão atribuída, pondo ainda em causa a vida dos militares da guarnição.

Esta avaliação foi feita por quem tinha o dever de a fazer? Por quem tinha a competência e responsabilidade para tal? A resposta é um rotundo: Não!

O que disse o Comando do navio? O que comunicou esse comando à guarnição e ao comando superior?

O Comandante, último responsável pela segurança da sua unidade, o que disse é que apesar de limitado e nas condições em que lhe foi atribuída a missão, o NRP Mondego estaria pronta para a executar.

O que fez então este grupo de militares? Simplesmente substituíram-se aos Oficiais de bordo, à estrutura de Comando e ao próprio Comandante e, alegando o dever de tutela sob a guarnição e sobre o navio, decidiram com a sua ação impedir o NRP Mondego de navegar e cumprir com a missão atribuída. Mais, mostraram que não confiavam no discernimento, capacidade e conhecimentos do respetivo comandante e linha de comando. Ainda, nessa avaliação arrastaram, atribuindo-lhes o ónus da incompetência, falta ao dever de tutela e incapacidade para avaliar a situação, as estruturas de manutenção e operação que superintendem tecnicamente e comandam respetivamente os navios no mar.

Alguns destes elementos, após o sucedido, ainda fizeram uma lista das avarias e problemas do navio e enviaram, sem conhecimento e autorização, para entidades externas à Marinha, com um intuito, imaginamos nós, de encontrarem apoio para os atos de insubordinação. **Comprometeram a reserva necessária sobre o estado dos equipamentos militares, aparecendo esses relatos na rede WHATSAPP, aberta a todo o mundo!**

Não entendem os senhores o significado do que fazem? Não havia na Marinha outras entidades a quem pudessem recorrer, pedir audiência, justificar-se?

Sinceramente, não vos consigo entender, nem perceber bem as vossas motivações e certamente a vossa interpretação peculiar do dever de Tutela e de Disciplina.

No entanto, preocupado com a justiça e com a verdade, sem, contudo, e quero aqui frisar isso, desconfiar por um momento do discernimento da linha de comando e do material, mas para esclarecer terceiros, mandei a Direção de Navios, através da Superintendência do Material, fazer uma avaliação de condição do NRP “Mondego”, no sentido de me relatar se o navio estaria pronto, ou não, à data dos acontecimentos, para cumprir com a missão atribuída.

A resposta clara e inequívoca que recebi, ontem, foi que sim, que a avaliação do Comando do navio, nas condições em que o COMNAV definiu a missão, era realizável em segurança. Lembro que a missão era de curta duração, não muito distante da costa e com a abertura suficiente para ser abortada ao critério do comando do navio.

Muito se tem falado nestes dias da manutenção dos navios e da Esquadra. É de conhecimento dos poderes constituídos o estado real da Marinha, pois nunca faltámos ao nosso dever de informar quem de direito, de forma clara e transparente, com diligência e veemência. Se estou contente com o Estado da Esquadra? Não! Se estamos a trabalhar empenhados, todos, em alterar esse estado de coisas? Sim!

Pode o estado da Esquadra mudar instantaneamente? Não! Requererá muito esforço de todos, muita imaginação, determinação, paciência e dedicação. Estamos todos empenhados e aqui incluso necessariamente a Tutela.

São os recursos suficientes? A minha resposta é simples e digo-vos a todos vós, Marinheiras e Marinheiros desta nossa Armada: São aqueles que o país nos pode disponibilizar e com os quais faremos o máximo que pudermos para garantirmos a Portugal o “Uso” do Mar.

Dito isto, e para separar questões, quero esclarecer completamente que a Marinha não envia os nossos navios e guarnições para missões impossíveis. Nem colocamos em risco as nossas guarnições de forma fútil, ligeira, irresponsável, ou mesmo ignorante. Somos uma organização com 706 anos de história e cultura organizacional, e não nos são conhecidos casos de acidentes resultantes de más manutenções, ou más avaliações do estado de segurança dos nossos navios e respetivas capacidades. **Cuidamos das nossas mulheres e homens, mas também fique claro que damos tudo o que temos e percorremos a tal milha extra, sempre que necessário.**

Aproveito para lembrar e explicar a quem não conheça que um navio de guerra não é um navio mercante, é um navio cheio de redundâncias, capacidades alternativas, estanqueidade em favo de abelha e com guarnições altamente treinadas, não só para navegar, mas para combater, sofrer danos, resistir, e continuar a combater, sobrevivendo. **Por isso, não vos consigo seguir nas vossas preocupações quando estas são exageradas e claramente dissonantes da vossa estrutura de comando, seja a de bordo, ou do apoio mais distante.**

A disciplina não é, nem nunca será, um mero ato de submissão, mas sim de um verdadeiro autocontrolo e entrega, consciente da importância da ordem, em resultado dos processos urgentes, complexos e de elevado risco típicos da atividade militar.

A Disciplina só existe quando se materializa numa hierarquia. A disciplina é a cola estruturante das instituições militares. É, por isso, expectável que todos os elementos que servem na Marinha obedeçam prontamente a todas as ordens e instruções legitimamente emanadas pelo respetivo comando. Não só é expectável como é legalmente exigível! Um militar nunca poderá desautorizar a linha hierárquica. O sistema nervoso central do navio é a sua linha hierárquica. A linha que vos liga ao vosso comandante, o único responsável pelos atos do seu navio perante a Marinha, o País e a História. Estes conceitos e esta cultura é-nos ensinada e apreendida desde os primeiros dias de formação nas Escolas da Marinha.

Lembro também que se há coisa central ao pensamento de um comandante é a sua guarnição. Sem ela, o navio é um ser morto. É também, por isso, que oficiais, sargentos e praças de uma guarnição devem confiar no seu comandante e ser corajosos.

O vosso Comandante decidiu, em consciência, largar para mais uma missão, garantindo as condições adequadas de proteção e segurança, desempenhando, com zelo, o seu dever de tutela. Não precisava e não merecia ter sido substituído por vós nesses deveres.

Por outro lado, o comandante deve exigir aos seus subordinados os atos de serviço adequados, sem compromissos ou hesitações, tendo em conta a total disponibilidade dos militares para o serviço e o justo equilíbrio entre objetivos e sacrifícios, sem comprometer as missões

legalmente determinadas. Foi isso que o 1º Ten Lopes Pires, o vosso Comandante fez.

Termino, exortando-vos a colocar as mãos nas vossas consciências para o ato que praticaram, que lamento profundamente, mas a Marinha não pode esquecer, ignorar, ou perdoar atos de indisciplina, estejam os militares cansados, desmotivados ou preocupados com as suas próprias realidades.

O vosso ato será certamente lembrado por muitos anos nesta Marinha.

Que interesses os Senhores defenderam? Os da Marinha não foram certamente, os vossos muito menos. Só unidos venceremos dificuldades e vocês desuniram-nos.

Terão da nossa parte, enquanto camaradas o apoio necessário para se defenderem nos processos em curso, mas enquanto CEMA não posso esquecer o que fizeram.

A todos os outros camaradas do NRP Mondego, que estiveram ao lado do vosso comandante, que não desertaram das vossas funções, um grande agradecimento e bem hajam pela vossa disciplina e firmeza de propósitos.

À Marinha, lembro e exorto, que este ato nos sirva de farol para os recifes que podemos enfrentar nas nossas navegações. e a todos vós, bravos homens e mulheres do mar, em missão, que, com inúmeros sacrifícios e com uma verdadeira autodisciplina mantêm a nossa bandeira a navegar nos diversos oceanos deste planeta, ou em terras longínquas, o meu mais profundo e reconhecido: obrigado!

A Pátria honrai que a Pátria nos contempla!